

IMPERIALISMO E LIBERTAÇÃO NACIONAL*

Michael Schmidt e Lucien van der Walt

Resumo:

Neste texto, um trecho do livro *Black Flame: the revolutionary class politics of anarchism and syndicalism* [Chama Negra: a política classista e revolucionária do anarquismo e do sindicalismo de intenção revolucionária], Michael Schmidt e Lucien van der Walt realizam uma discussão sobre o imperialismo e a libertação nacional no anarquismo. Tomando como base alguns de seus grandes clássicos, eles mostram quais foram as distintas noções que visaram opor o imperialismo e realizam, também, uma comparação destas noções com aquelas do marxismo ortodoxo.

Palavras chave: anarquismo, imperialismo, libertação nacional, nacionalismo.

A ampla tradição anarquista foi sempre hostil ao imperialismo. Esta posição derivou de sua perspectiva antiestatista e de sua oposição à desigualdade econômica e social. Bakunin (*apud* Guérin, 1970, p. 68) tinha uma “forte simpatia por qualquer levante nacional contra todas as formas de opressão”, afirmando o direito de “todo povo autodeterminar-se [... e que] ninguém tem o direito de impor seus costumes, seus hábitos, suas línguas e suas leis”. Estabelecendo as linhas para outros anarquistas e sindicalistas, ele não defendia o caminho estatista, com a criação de Estados nacionais separados, visto que estes só reproduziriam o sistema de classes e gerariam novas guerras, pois as guerras surgem dos interesses econômicos e políticos das classes dominantes. (Cipko, 1990, pp. 9-11)

Somente uma revolução social poderia abolir as classes e o imperialismo, e esta revolução deveria ser “internacional em extensão”; Bakunin (1990, pp. 342-343, 341) sustentava que as nacionalidades oprimidas “deveriam, então, ligar suas aspirações e suas forças às aspirações e forças de todos os outros países”. Maximoff (1985, pp. 468, 49) adicionou que novos Estados também gerariam novas questões nacionais, conforme fossem perseguindo nacionalidades minoritárias dentro de suas próprias fronteiras em nome da “construção da nação”. Os “anarquistas exigem a libertação de todas as colônias, apoiam todas as lutas de independência nacional” e negam “a utilidade para o proletariado, não da autodeterminação em si, mas da autodeterminação de acordo com a noção de Estado”. Para Rocker (1978, pp. 552-553, 550), um novo Estado nacional tornar-se-ia um poder imperial ou o vassalo de um poder imperial existente. E “se os Estados menores, em razão de sua população numericamente inferior, não agirem da

mesma maneira, seu comportamento alegadamente virtuoso será devido, conforme colocado por Bakunin, principalmente à sua impotência.

Na verdade, na visão de Bakunin, a libertação nacional deveria ser buscada “de acordo com os interesses políticos e econômicos das massas” ou se tornaria um “movimento contrarrevolucionário desastroso e regressivo”. (Bakunin *apud* Guérin, 1970, p. 68) Ele notou que “não há maior inimigo para uma nação do que seu próprio Estado”. Bakunin estabeleceu uma distinção básica entre nação e Estado, sustentando que “as nações existem em função de seus membros, e não dos Estados, e que “a redenção da nacionalidade por meio do estabelecimento do Estado não é um objetivo emancipatório válido”. (Bakunin *apud* Forman, 1998, pp. 38, 37) O objetivo final deveria ser a federação universal, abarcando todas as nacionalidades e organizando-se em torno de uma economia internacional planejada. Rocker concordava com isso:

“O que buscamos não é a exploração mundial, mas uma economia mundial na qual todos os grupos de pessoas encontrem seu lugar natural e gozem de direitos iguais com todos os outros. Por isso, a internacionalização dos recursos naturais e dos territórios, propiciando acesso às matérias-primas, é um dos mais importantes pré-requisitos para a existência de uma ordem socialista baseada em princípios libertários.[...] Precisamos criar uma nova comunidade humana que tenha suas raízes na igualdade de condições econômicas e que una todos os membros da grande comunidade cultural por meio de novos laços de interesse mútuo, desprezando as fronteiras dos presentes Estados.” (Rocker, 1978, p. 527)

Ao mesmo tempo em que anarquistas e sindicalistas celebraram a diversidade de culturas e nacionalidades, recusaram assumir a política de defender acriticamente culturas particulares. Visando criar um movimento internacional e internacionalista, assim como uma comunidade humana universal, e utilizando as lutas de classes e a educação popular, eles não podiam aceitar a noção de que as culturas sejam monolíticas e imutáveis, ou mesmo a afirmação de alguns nacionalistas, de que certos direitos são estranhos às suas culturas e, por isso, insignificantes ou censuráveis. Conforme colocado por Bakunin, “devemos colocar a justiça universal e humana sobre todos os interesses nacionais”. (Bakunin *apud* Bonanno, 1976, apêndice) Ao mesmo tempo, para Maximoff, o “fato” da nacionalidade é sempre menos importante que os princípios universais:

“O direito de autodeterminação [...] é uma consequência natural dos princípios da liberdade e da igualdade. [...] A igualdade e a liberdade internacionais, a justiça mundial, são mais importantes que todos os

interesses nacionais. Os direitos nacionais cessam de ser uma consequência destes princípios mais importantes se e quando eles colocarem-se contra a liberdade e mesmo fora da liberdade.” (Maximoff, 1985, p. 47)

Isso ainda deixa aberta a questão de como, exatamente, anarquistas e sindicalistas devem relacionar-se com as lutas de libertação nacional. Essas lutas estiveram frequentemente envolvidas pelo nacionalismo – uma política de unir toda uma nacionalidade, independente da questão de classe e com o objetivo de tomar o poder de Estado –, que foi bastante criticado por anarquistas e sindicalistas. Ambos responderam a essa questão de diversas maneiras.

Uma abordagem anarquista e sindicalista foi a de apoiar correntes nacionalistas acriticamente, considerando suas lutas como um passo na direção correta. Para alguns, isso significava apoiar a formação de pequenos Estados, que lhes eram preferíveis aos grandes, perspectiva rejeitada pela maioria dos anarquistas. (Nettlau, 1996, pp. 247-248)¹ Para outros, significava apoiar a criação de novos Estados nacionais como uma ruptura parcial com o imperialismo. A abordagem oposta foi a de simplesmente rejeitar qualquer participação nas lutas de libertação nacional, com base na crença de que estas lutas estavam definitiva e irremediavelmente comprometidas em função do nacionalismo e nunca seriam capazes de proporcionar a verdadeira liberdade às classes populares. As lutas de libertação nacionais foram vistas, neste caso, como algo fútil e as questões nacionais como algo que deveria ser resolvido com uma revolução mundial.

A terceira e mais sofisticada abordagem foi a de participar das lutas de libertação nacional buscando moldá-las, vencer a batalha de ideias e afastar o nacionalismo, promovendo uma política de libertação nacional por meio da luta de classes, e dando às lutas de libertação nacional um sentido revolucionário. Nessa abordagem, considera-se que o nacionalismo é apenas *uma* corrente nas lutas de libertação nacional ou anti-imperialistas, e não necessariamente a corrente dominante, e que as lutas de libertação nacional podem ter variados resultados. Para alguns daqueles que compartilham esta posição, a classe dominante nacional emergente é incapaz de romper, de fato, com o poder dos imperialistas; para outros, há possibilidades de ela realizar esta ruptura, mas os resultados frustrariam uma genuína libertação popular, que abarcasse a massa do povo.

¹ Para Bakunin (*apud* Eltzbacher, 1960, p. 83), “os Estados poderosos só podem se manter por meio do crime, os pequenos Estados são virtuosos apenas por sua fraqueza”.

Tais posições podem ser utilmente comparadas com aquelas adotadas pelo marxismo clássico. Antes do Comintern, o marxismo clássico deu pouca atenção às lutas nos países coloniais e semicoloniais, com as notáveis exceções da Irlanda e da Polônia. Marx acreditava que os países mais industrializados e com Estados fortes eram agentes chave da mudança histórica. Por isso, ele apoiou a Alemanha na Guerra Franco-Prussiana de 1870-1871; se “os prussianos vencerem, a centralização do poder do Estado será útil para a centralização da classe trabalhadora alemã” e “a predominância alemã modificará o centro de gravidade dos movimentos operários da Europa Ocidental, passando-o da França para a Alemanha”. (Citado em Rocker, 1981, p. 85; Rocker, 1978, pp. 234-235; Mehring, 1951, p. 438)

Crendo que a conclusão da etapa capitalista era pré-condição para o socialismo, Marx e Engels observavam, em certo sentido favoravelmente, o imperialismo ocidental como um meio de promover o capitalismo. A humanidade não poderia “cumprir seu destino sem uma revolução social na Ásia” e, apesar dos “crimes da Inglaterra, ela era uma ferramenta inconsciente da história para realizar a revolução”; a conquista da Argélia havia sido um “afortunado fato para o progresso da civilização”, a “magnífica Califórnia havia sido tomada dos ineptos mexicanos [e ...] a ‘independência’ poderia sofrer. [...] Mas o que se poderia fazer em face da [...] história universal”. (*apud* Warren, 1980, p. 44; Bonanno, 1976, p. 14) Os direitos nacionais eram secundários em relação ao desenvolvimento das forças produtivas. Para muitos da Segunda Internacional, incluindo Engels, isso implicava uma política colonial progressista e que as colônias “habitadas por uma população nativa [...] tivessem de ser tomadas” pelo proletariado ocidental no momento da revolução e “conduzidas o mais rápido possível à independência”. (*apud* Warren, 1980, p. 44) Uma vez que certos Estados eram vistos como progressistas e outros, nos termos de Engels, como “nações contrarrevolucionárias”, a política da classe trabalhadora deveria alinhar-se a alguns Estados em particular. (Forman, 1998, p. 58)

Uma consequência óbvia dessa ênfase exclusiva nas etapas e no argumento acerca da incapacidade dos países coloniais e semicoloniais caminharem para o socialismo foi a marginalização do marxismo nessas regiões. Os socialistas argentinos, “profundamente influenciados pelas teorias políticas predominantes na Segunda Internacional”, sustentavam que somente o crescimento econômico poderia conduzir à possibilidade do socialismo, acreditavam nas eleições, eram “contrários às organizações massiva dos trabalhadores no chão de fábrica” e às greves políticas, ignoravam a

maioria dos imigrantes e constituíam uma força desprezível”. (Adelman, 1992, pp. 213, 223) É muito inexato dizer que estes socialistas tinham “superado” os anarquistas “por volta da segunda década do século XX”. (Para uma visão contrária, ver: Molyneux, 1986, p. 140) Uma das maiores diferenças entre a Segunda Internacional e a ampla tradição anarquista nos fins do século XIX e no início do século XX era que os anarquistas e os sindicalistas tinham uma base massiva naquilo que agora é concebido como “terceiro mundo”, ao passo que os socialistas políticos não; a hegemonia do anarquismo e do sindicalismo no movimento operário argentino no início do século XX é um exemplo.

A situação começou a mudar com a ascensão do bolchevismo e a conformação do Comintern. Lênin revisou a abordagem marxista clássica para o mundo colonial e semicolonial de duas maneiras importantes: por um lado, sustentou que o imperialismo minava o desenvolvimento das forças produtivas e que, por isso, deveria ser contraposto; por outro, argumentou que o capitalismo havia se tornado um sistema global e isso significava que uma revolução num país menos desenvolvido poderia acontecer, visto que teria como ser auxiliada por revoluções nos países mais industrializados, os quais poderiam transferir as forças produtivas. Marx via o mundo colonial e semicolonial como algo que paralisava a história; Lênin abriu caminho para uma compreensão marxista que via o mundo como sujeito da história. (Seth, 1995, pp. 24, 32-34, 39-41, 44)

Conforme anteriormente discutido, essas teses desenvolveram-se em uma estratégia de dois estágios para as lutas nos países coloniais e semicoloniais: primeiro, uma luta de libertação nacional, compreendida como criação de um Estado nacional que pudesse desenvolver uma economia moderna e acabar com a opressão nacional; segundo, uma luta socialista contra o capitalismo. Aqui, as lutas de libertação nacional, organizadas em torno do nacionalismo, teriam como foco as revoluções democráticas nacionais ou burguesas que acabassem com o imperialismo e forjassem as bases para subsequentes revoluções socialistas e proletárias. (Ver, por exemplo: Lenin, 1975) Basicamente, isso significa sustentar que a tarefa imediata para os comunistas era promover a libertação nacional por meio de uma aliança de classes que visasse o Estado nacional para acabar com o imperialismo e completar o estágio capitalista. Isso ajudou a retirar o marxismo clássico de seu gueto nos países industrialmente avançados e, ao mesmo tempo, preservar a tradicional teoria marxista da história das etapas inevitáveis. Na prática, isso muitas vezes implicou, nos países menos desenvolvidos, o

direcionamento de esforços, por parte dos partidos comunistas, para a aliança com os nacionalistas e não a construção de um movimento independente e revolucionário da classe trabalhadora. Em alguns casos, como no Egito e na Indonésia, esta incorporação teve resultados trágicos, quando os nacionalistas massacraram seus antigos aliados depois de tomar o poder de Estado.

O socialismo, nesses casos, vinculou-se a um projeto nacional, e não internacional, e identificou-se com Estados e povos particulares. Em muitos casos, isso levou a uma perda de independência política dos partidos comunistas, que se tornaram membros leais dos movimentos nacionalistas, lutando por um capitalismo diferente, e relegando o comunismo à retórica ou a um vago futuro. Nesse sentido, Guevara, ao participar, em 1965, do encontro da Organização de Solidariedade Afro-Asiática, afirmou: “Cuba chega a esta conferência elevar por si mesma a voz dos povos da América” e “fala em sua condição de país subdesenvolvido que, ao mesmo tempo, constrói o socialismo”. Cuba compartilhava com outros países o desejo de “derrotar o imperialismo [...], de libertar-se dos entraves coloniais ou neocoloniais. [...] A libertação é atingida quando a dominação econômica imperialista cessa de ser exercida sobre um povo”, fundamentando as bases de um “caminho que terminará no comunismo” e será construído por meio do “desenvolvimento industrial”. (Guevara, 1967a, pp. 106-107, 109, 111, 114-115) Não há nada neste discurso sobre luta de classes ou sobre o capitalismo como tal, mas apenas sobre os “capitais monopolistas”, no sentido imperialista; o internacionalismo é apresentado como solidariedade internacional política e econômica entre países e povos; as classes populares desaparecem e são substituídas por regimes nacionalistas como agentes da história.² Essa abordagem é frequentemente unida à visão de que os trabalhadores ocidentais beneficiam-se do imperialismo por meio de “padrões de vida mais altos”. (Cf. por exemplo: Guevara, 1967a, p. 107; Guevara, 1967c, p. 125)

² A estratégia de dois estágios de Che Guevara estava, em grande medida, de acordo com a tradição do leninismo pós-1919, assim como seu vanguardismo: há “um fim possivelmente estratégico – a tomada do poder”; “ser um partido de vanguarda significa permanecer à frente da classe trabalhadora na luta pela tomada do poder”; “o núcleo guerrilheiro [...] começa a construção do aparelho futuro do Estado”; as “massas levam a cabo com incomparáveis entusiasmo e disciplina as tarefas estabelecidas pelo governo [...] e] a iniciativa geralmente vem de Fidel ou do Alto Comando Revolucionário” e está “submetida a estímulos e pressões [...] com] a ditadura do proletariado operando [...] sobre indivíduos das classes vitoriosas.” (Cf. Guevara, 1967b, pp. 75, 83-84; Guevara, 1967c, pp. 123, 127, 129) Não há evidência real para a posição de que Guevara era um “novo Bakunin” ou de que seu pensamento e ação “tenha mantido viva uma corrente libertária no comunismo cubano”. (Para uma visão contrária, cf. Marshall, 1994, p. 517) Sua estratégia de construir o partido de vanguarda como uma formação guerrilheira era maoísta, não anarquista, e sua ideia de organização de “focos” por meio de um núcleo guerrilheiro era uma simples variante da teoria marxista do partido de vanguarda que estava em voga.

Na primeira fase do marxismo clássico – quando seus adeptos não eram capazes de se relacionar efetivamente às demandas anti-imperialistas, e relutavam em levantar uma bandeira socialista que levasse a sério as classes populares locais –, os pequenos círculos marxistas no mundo colonial e semicolonial eram facilmente suplantados pelos anarquistas e sindicalistas, que estavam livres da teoria etapista do marxismo. Com a ascensão do Comintern, anarquistas e sindicalistas começaram a enfrentar, dentro da própria esquerda, um poderoso rival marxista, nos países em que eram mais influentes. As diferentes correntes anarquistas responderam de distintas maneiras.

Os anarquistas e os sindicalistas que viam o nacionalismo como algo progressista e a criação de Estados independentes como um passo adiante desejavam, simultaneamente, organizar a classe operária e o campesinato para a revolução anarquista. Como seus rivais do Partido Comunista, entretanto, corriam um perigo muito real de serem incorporados ao nacionalismo. Os anarquistas e os sindicalistas que descreditavam nos movimentos de libertação nacional com frequência fracassaram ao abordar questões relacionadas ao imperialismo e questões nacionais específicas, as quais afetavam diretamente setores particulares da classe operária e do campesinato mundiais. Por isso, tiveram de se esforçar para disputar efetivamente com os comunistas, que tratavam diretamente destas questões.

O que ambas as perspectivas compartilham com Lênin é a identificação entre libertação nacional e *nacionalismo*. Esta identidade não é tão evidente como pode parecer: lutas contra o imperialismo e por libertação nacional assumiram uma variedade de formas, passando pelo milenarismo religioso, pelo liberalismo, pelo socialismo. Por isso, pode-se realizar uma distinção entre a política particular do nacionalismo, de um lado, e o projeto de libertação nacional, de outro; pode-se, também, levar em conta a possibilidade de uma variedade de tipos de libertação nacional. A terceira e mais sofisticada abordagem anarquista e sindicalista da libertação nacional e das lutas anti-imperialistas baseou-se, precisamente, nessa distinção conceitual. Ela buscou engajar-se seriamente nas lutas de libertação nacional, substituindo o nacionalismo, radicalizando a luta e fundindo as lutas nacionais e de classes em um movimento revolucionário.

Visto que anarquistas e sindicalistas discordavam da posição de que o preconceito racial e a discriminação beneficiavam um setor das classes populares, a grande maioria deles também discordava da ideia de que os trabalhadores ocidentais constituíam uma aristocracia operária que se beneficiava do imperialismo. Tal posição deriva, em partes, da economia marxista. Se a taxa de exploração de um trabalhador

consiste na diferença entre salário e produção, então os trabalhadores mais altamente produtivos nas indústrias mecanizadas dos países industriais poderiam ser *mais* explorados que um trabalhador de uma indústria de baixo valor agregado num país não industrial. Visto que este trabalhador pode produzir relativamente maior quantidade de mais valia, mesmo se a taxa de lucro por mercadoria individual diminuir, é possível, nesses contextos, receber salários relativamente mais altos que em outros, em função das lutas de classes. Conseqüentemente, níveis desiguais de salários entre diferentes países podem ser explicados pela dinâmica interna de cada país, e não por alguma noção nebulosa de que a riqueza é transferida de um conjunto para outro de pessoas.

Ao mesmo tempo, o imperialismo possui muitas conseqüências negativas para as classes trabalhadoras dos países dominantes, na forma de gastos de guerra, militarismo, criação de divisões e ódios nacionais, reforço da maquinaria estatal e mortes de milhões em campos de batalhas. Foram essas preocupações que levaram anarquistas e sindicalistas das potências imperialistas a realizar as grandes campanhas antimilitaristas e anti-imperialistas discutidas [anteriormente] e foi a posição de que as classes populares não se beneficiam com as guerras de seus senhores que fundamentou sua oposição às guerras modernas.

Rocker (2004, capítulo 4) foi um dos poucos anarquistas e sindicalistas a sugerir que “alguns pequenos confortos podem, algumas vezes, chegar aos trabalhadores, quando a burguesia de seu país estabelece alguma vantagem sobre outro país”. Ele não conseguiu ver como esta posição enfraquece as manifestações contra a guerra e mesmo sua própria posição de que “os trabalhadores em todos os países” devem “entender claramente que seus interesses são os mesmos em qualquer lugar [...], aprender a agir conjuntamente” e estabelecer uma “base efetiva” para a “libertação internacional da classe trabalhadora”. Sua análise não conseguiu mostrar como, exatamente, “pequenos confortos” puderam ser obtidos com as grandes guerras do século XX, que ele acreditava terem sido levadas a cabo por imperialismos rivais, e também não levou em conta o fato de que os avanços mais dramáticos nas condições das classes trabalhadoras ocidentais ocorreram depois de 1945, ao longo e depois do colapso do imperialismo. Mais importante é que Rocker não viu que o argumento de que os trabalhadores em países imperialistas beneficiam-se do imperialismo necessariamente mina a unidade internacional, visto que coloca as classes populares de diferentes países umas contra as outras.

Bibliografia

- ADELMAN, J. "Socialism and Democracy in Argentina in the Age of the Second International". In: *Hispanic American Historical Review* 72, no. 2, 1992.
- BAKUNIN, M. *Statism and Anarchy*. Cambridge: Cambridge University Press, 1990.
- BONANNO, A. M. *Anarchism and the National Liberation Struggle*. Londres: Bratach Dubh, 1976.
- CIPKO, S. "Mikhail Bakunin and the National Question". In: *Raven* 3, no. 1, 1990.
- ELTZBACHER, P. *Anarchism: Exponents of the Anarchist Philosophy*. Londres: Freedom Press, 1960.
- FORMAN, M. *Nationalism and the International Labor Movement: The Idea of the Nation in Socialist and Anarchist Theory*. University Park: Pennsylvania State University Press, 1998.
- GUERIN, D. *Anarchism: From Theory to Practice*. Nova York: Monthly Review Press, 1970.
- GUEVARA, C. "At the Afro-Asian Conference". In: HANSEN, J. (org.). *Che Guevara Speaks: Selected Speeches and Writings*. Londres: Pathfinder Press, 1967a.
- _____. "Guerrilla Warfare: A Method". In: HANSEN, J. (org.). *Che Guevara Speaks: Selected Speeches and Writings*. Londres: Pathfinder Press, 1967b.
- _____. "Notes on Man and Socialism in Cuba". In: HANSEN, J. (org.). *Che Guevara Speaks: Selected Speeches and Writings*. Londres: Pathfinder Press, 1967c.
- LENIN, V. I. "Two Tactics of Social-Democracy in the Democratic Revolution". In: *Selected Works in Three Volumes*. Moscou: Progress Publishers, 1975.
- MARSHALL, P. *Demanding the Impossible: A History of Anarchism*. Londres: Fontana Press, 1994.
- MAXIMOFF, G. P. *The Programme of Anarcho-syndicalism*. Sydney: Monty Miller, 1985.
- MEHRING, F. *Karl Marx: The Story of His Life*. Londres: George Allen and Unwin, 1951.
- MOLYNEUX, M. "No God, No Boss, No Husband: Anarchist Feminism in Nineteenth-Century Argentina". In: *Latin American Perspectives* 13, no. 1, 1986.
- NETTLAU, M. *A Short History of Anarchism*. Londres: Freedom Press, 1996.
- ROCKER, R. *Nationalism and Culture*. Saint Paul: Michael E. Coughlin, 1978.
- _____. "Marxism and Anarchism". In: MELTZER, A. (org.) *The Poverty of Statism: Anarchism versus Marxism*. Orkney: Cienfuegos Press, 1981.
- _____. *Anarcho-Syndicalism*. Oakland: AK Press, 2004.
- SETH, S. *Marxist Theory and Nationalist Politics: The Case of India*. Nova Deli: Sage, 1995.
- WARREN, B. *Imperialism: Pioneer of Capitalism*. Londres: Verso, 1980.

*** Este texto é um trecho do capítulo 10 do livro *Black Flame: the revolutionary class politics of anarchism and syndicalism* [Chama Negra: a política classista e revolucionária do anarquismo e do sindicalismo de intenção revolucionária], publicado em 2009 pela editora AK Press.**

*** Tradução: Felipe Corrêa.**